

# JORNALISMO RETROSPECTIVO E QUASE-HISTÓRIA (IMAGINEM SE A DITADURA FOSSE DESAVERGONHADA!)

Marcos Silva

Professor no Departamento de História da FFLCH-USP

*Resenhar o livro A Ditadura Envergonhada, de Elio Gaspari ( São Paulo, Cia. das Letras, 2002 [As Ilusões Armadas - 1]), coloca em questão os limites entre Conhecimento Histórico e Jornalismo — os quais, todavia, foram quase suspensos nos debates da Nova História francesa sobre História Imediata, a partir dos anos 70 do século XX. Mesmo no século anterior, exemplos de ensaísmo histórico circularam na imprensa periódica, caso de alguns dos melhores escritos de Karl Marx. O jornalista Jean Lacouture chegou a definir a História Imediata como Jornalismo rigoroso*

**E**sse livro dá início a uma série sobre a experiência ditatorial no Brasil dos anos 1964/1979, extrapolando esses marcos com alguma frequência.

O autor Elio Gaspari, conhecido jornalista, declara, na “Explicação” (pp 13/10), que em “nenhum momento passou pela minha cabeça escrever uma história da ditadura”. Apesar dessa cautelosa advertência, a ambição dos títulos dos tomos e sua recepção pelo público leitor (inclusive em cursos universitários de História) tendem a apagar qualquer separação entre Jornalismo e Conhecimento Histórico. Colabora para tanto, ainda, o vasto aparato documental, detalhadamente anunciado por Gaspari e enriquecido por ampla bibliografia, bem como o investimento na finalização da obra, que envolveu grande equipe, sem esquecer da excelência estilística do volume.

É claro que a História, como tema, é uma legítima dimensão de muitos saberes — Sociologia, Economia, Teatro, Romance, Cinema, Jornalismo... Outra coisa é sua identidade como campo de conhecimento homônimo. Relembrar essa especificidade evita confusões, que não se restringem ao livro de Gaspari e até são alimentadas por alguns historiadores menos cuidadosos, como pode ser verificado ao redor do quadragésimo aniversário da Ditadura, em artigos e entrevistas divulgados na grande Imprensa — muitos juízos emitidos por Gaspari apareceram

nesse universo.

O historiador francês Fernand Braudel, em seu ensaio clássico sobre a longa duração, caracterizou o Jornalismo como exemplo do trato com eventos pontuais, distantes da densidade temporal própria à melhor História. Os limites entre Conhecimento Histórico e Jornalismo, todavia, foram quase suspensos nos debates da Nova História francesa sobre História Imediata, a partir dos anos 70 do século XX. Mesmo no século anterior, exemplos de ensaísmo histórico circularam na imprensa periódica, caso

*As fontes são freqüentemente tratadas por Gaspari como vozes de autoridade: algo é assim porque o “informante” tal o declarou. Assim Brasil foi qualificado como medíocre porque Darcy Ribeiro o disse*

de alguns dos melhores escritos de Karl Marx. O jornalista Jean Lacouture, em publicação organizada por Jacques Le Goff, chegou a definir a História Imediata como Jornalismo rigoroso<sup>1</sup>.

Sem menosprezar essa discussão nem pretender alguma hierarquia entre História e Jornalismo, vale recordar cuidados de método que obrigam todo historiador (inclusive os que se dedicam ao imediato ou ao passado recente) a refletir criticamente sobre suas fontes: cada personagem fala, es-

creve, desenha ou fotografa (para nos restringirmos a poucas modalidades de expressão) dentro de determinados projetos de mundo, interessadamente. O historiador precisa tomar esses cuidados para não se transformar em involuntário porta-voz, *a posteriori*, de personagens e registros, nem num refinado narrador de intrigas palacianas. Golbery do Couto e Silva (militar e político muito valorizado por Gaspari), ao tratar — com ligeireza — de torturas e atos similares praticados pelos vitoriosos de 1964, concluiu, após o clássico “Você não faz uma omelete sem quebrar ovos”, numa farta dose de auto-indulgência: “Mas, numa hora dessas, que se há de fazer?” (p 134).

Caberia lembrar ainda mais que o próprio Golbery foi um importante fazedor daquela hora — corresponsável, portanto, por seus desmandos. Como não se arrependeu da má hora que fez e a omelete não era refeição obrigatória, quem apenas reproduz seus juízos corre o risco de simplesmente se misturar com auto-legitimação ou extenso comercial do personagem e de seus pares respeitosos: Castello Branco e Geisel, por exemplo.<sup>2</sup>

Não se trata de preciosismo técnico: o método específico garante ao historiador um texto de natureza explicativa e demonstrativa, que vai além das opiniões dos personagens ou do próprio historiador. Quando os profissionais de outros campos de saber (e alguns historiadores irmanados com estes) tomam

a História apenas como tema, esse zelo não costuma ser mantido.

Gaspari, criteriosamente, indica o destaque que atribui a Ernesto Geisel e a Golbery do Couto e Silva na trama relatada, bem como o acesso privilegiado que teve à documentação desses e de vários outros personagens, com realce para as notas e até a colaboração de Heitor Ferreira no trabalho — alguns dos demais “informantes” (termo usado por Gaspari) evocados também parecem amigos do jornalista. Essa louvável atitude informativa evidencia uma tendência do livro a conceber a

História como um universo onde elites governamentais (presidentes, ministros, embaixadores, congressistas, assessores), eminências pardas e eventuais oposições nesse mesmo mundo pensam, projetam, executam, ganham, perdem...

Evidentemente, esses personagens têm muita importância, mas não possuem o condão de monopolizar a História. Quando eles aparecem com abusivo destaque, o panorama, traçado com a minúcia de mosaicos (milhares ou milhões de minúsculas peças informativas), reitera privilégios de que desfrutaram, alimentando suas fantasias de onipotência elitista.

As fontes, por sua vez, são frequentemente tratadas por Gaspari como vozes de autoridade: algo é assim porque o documento ou o “informante” tal o declarou. Assis



**Tropas chegam ao Rio de Janeiro: é o golpe**

Brasil foi qualificado como mediocre porque Darcy Ribeiro o disse (p. 89, nota 22). Personagens e manifestações coletivos foram descartados irrefletidamente (caracterizou a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil-AMFNB como “irrelevante”, juízo que não é explicado nem demonstrado, p. 50), tendo por contrapartida a suposta grandeza daquelas outras figuras ou de determinados acontecimentos.

Sintomaticamente, a primeira menção às massas no livro fala em sua “beatificação” (p. 40), forma de desqualificar uma presença na cena histórica e valorizar mais e mais o monopólio da História pelas elites. E a “redemocratização” é definida como “recuperação do poder republicano do presidente”, peculiar concepção imperial

desse regime político, que perde completamente de vista a noção (beatificante?) de coisa do povo, em desuso durante a Ditadura e mesmo depois. Valeria a pena questionar, também, essa suposição de que as sociedades se democratizam, desdemocratizam e redemocratizam sem maiores traumas: quanto tempo duram as conseqüências de uma ditadura?

Um exemplo patente dos usos de documentos e personagens nesse livro é o perfil do presidente João Goulart, apresentado como fraco e apenas interessado em pernas de cavalos e de vedetes. Esses argumentos foram usados por contemporâneos de Goulart que lhe faziam oposição e ainda frequentemente avaliações muito informais, no estilo “conversa entre amigos”, como parte da memória elaborada

por quem o derrotou, em 1964.

Para não ser apenas tributário dessa memória dos vencedores nem do nível textual de revistas de fofocas sobre celebridades, com seu sub-psicologismo pseudo-moralizante, é preciso situar aqueles atributos num quadro maior. Que é ser fraco — como homem, empresário e Presidente da República — no Brasil dos anos 60 do século XX? Que significa o interesse de um homem, empresário e Presidente da República por pernas de cavalos e de vedetes? Estamos diante de idiossincrasias desse personagem, que o diferenciavam brutalmente de seus companheiros de classe social e de papéis masculinos e são significativas para a explicação de sua derrubada da Presidência, ou esses atributos são banais em seu mundo e nada explicam sobre o último assunto? O poder de um Presidente da República é uma soma de vagos traços psicológicos, no pior nível do entretenimento televisivo (fraqueza de caráter, queda por pernas equínas e femininas — outros políticos, possivelmente, preferiam pernas masculinas e caninas ou eram indiferentes a membros inferiores de mamíferos), ou passa por inúmeras outras relações, que envolvem muito mais pessoas?

Um historiador pensaria sobre problemáticas de conhecimento histórico: ser homem, cavalo de corridas ou vedete naquele Brasil, padrões de liderança, projetos políticos em confronto... O jorna-

lismo retrospectivo de Gaspari, todavia, se contenta com o registro de opiniões sem explicação, que reluzem como curiosidades e nada demonstram. E uma profecia sobre aquele Presidente, também retrospectiva, aparece como síntese desse balanço negativo: “(...) independentemente da classe em que estivesse, ele seria sempre um pacato vacilante” (p 84). Jamais saberemos o que Goulart seria se estivesse noutra classe porque essa situação nunca se colocou nem se colocará no sub-lunar, como diria Paul Veyne, retomando Aristóte-

*No tocante a João Goulart, o jornalismo retrospectivo de Gaspari contenta-se com o registro de opiniões sem explicação, que reluzem como curiosidades e nada demonstram*

les. O juízo permanece, portanto, como simples adivinhação de um passado que não foi — cartomantes adivinhavam o passado, diante da doença do esquecimento, que surgiu em *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Márquez<sup>3</sup>.

Pior que isso é a sutil adoção de determinadas falas, com um conteúdo negado por seus supostos sujeitos, mas reiterado na elegante escrita do livro. É o caso da narrativa de Oleg Ignatiev sobre um pedido de “mil submetralhadoras aos russos”, que teria sido feito por Francisco Julião. O acusado

nega o pedido, como registrado em nota de rodapé por Gaspari, mas a acusação figura no texto principal, bem mais lido que o outro (p. 178). Informações da CIA ou de órgãos brasileiros de segurança (como o CIM ou o Cenimar) foram frequentemente endossadas por Gaspari (pp. 180, 190 e 202, dentre outras), sem serem discutidos os interesses auto-legitimadores dessas instituições quando transmitiam seus “dados” e as respectivas interpretações: para que os órgãos repressores existam, é preciso super-dimensionar seus objetos; CIA, Cenimar e CIM são mais fontes históricas de seus objetivos do que das ações alheias.

A fluência narrativa de Gaspari é apreciável, atingindo até um raro nível, que se equipara aos grandes estilistas da imprensa brasileira em meados do século XX, como Nelson Rodrigues e o primeiro Paulo Francis. Isso se manifesta, dentre outros momentos, na brilhante síntese sobre a reunião de Costa e Silva com seus ministros, definindo os termos do AI-5: “Se houve correlação entre as idéias que expressaram e a conduta que assumiram, eles passaram de um regime constitucional a uma ditadura distraídos como quem vai à igreja para um batizado, erra de capela e entra numa missa de corpo presente” (p 339).

Tal excelência de escrita, todavia, reitera a discutível noção de que antes do AI-5, não havia ditadura — ou que, como no título do volume, a Ditadura era “envergonha-

da”: imaginem se não o fosse! Ela se traduz, ainda, em deslizamentos entre emissores de opiniões. Quando o jornalista apresenta um projeto insurrecional de Brizola como vontade de “marcha triunfal” (p. 183) desse personagem, o leitor menos atento às notas de rodapé pode perder de vista que a fonte de Gaspari é Herbert de Souza, arriscando-se até a atribuir a Brizola aquela avaliação. Outra interpretação, de Gaspari, sobre a aliança entre Fidel Castro e o brizolismo (p. 197), também pode ser entendida como raciocínio do próprio Castro.

Com toda certeza, esses deslocamentos não correspondem a fragilidade de escrita num jornalista tão bem preparado e experiente, verdadeiro *scholar* cosmopolita, dotado de um estilo cativante. Fazem parte, isto sim, de um projeto interpretativo que não dialoga com as evidências, antes as combina para determinados fins de entendimento. Tanto é assim que a longa lista de “informantes” e entrevistados deixa de incluir até personagens estratégicos do próprio meio de elite — como Maria Thereza Goulart (testemunha direta de muitos acontecimentos evocados), que figura no livro apenas como ocasional personagem, a partir de entrevistas dadas a outrem, embora esteja tão viva e lúcida quanto os demais narradores que foram ouvidos por Gaspari.

Diante desses arranjos informativos, a História pode ser tratada

como inevitabilidade, atitude benéfica aos que mandam no processo: “o governo teve que sair às ruas de cassetete nas mãos” (p. 232). É claro que o governante (Castello Branco, refinado poliglota, que escrevia com elegante caligrafia, versado em textos clássicos — e ditador!) pensava e se justificava assim. Um historiador procuraria explicar por que ele agiu dessa e não de outra maneira. Optando pela inevitabilidade, Gaspari endossa a violência ditatorial, mesmo que essa não seja sua intenção.

*O brilho textual de algumas passagens do livro e a reunião de visões parciais de setores de elite representam resultados importantes a serem considerados, desde que abordados com espírito crítico*

Outras passagens do livro atestam a escassez de argumentos explicativos ou demonstrativos. Não se sabe quais os critérios adotados para avaliar que “No cotidiano da ilegalidade, militantes com trinta anos de experiência valiam mais que a disposição dos militares expurgados ou o entusiasmo de jovens.” (p. 244). Não fica claro o motivo pelo qual Gaspari intitulou um capítulo “A Direita se Arma” (pp 251/ss) — os golpistas não eram de direita, e armados? Também permanece obscura uma afirmação, sobre a

chamada “Passeata dos Cem Mil”: “É possível que não houvesse 50 mil pessoas no cortejo (...)” — por quê? (p. 282, nota 15). A comparação entre combater o nazismo, na Segunda Guerra Mundial, e ir para o Vietnã, nos anos 60 (p. 326, referindo-se a Charles Rodney Chandler), é destituída de sentido.

Apesar disso, o brilho textual de algumas passagens (como a caracterização de Costa e Silva, em meio à crise de dezembro de 1968: “Costa e Silva trancou-se no palácio e deixou-se boiar.” — p. 331, digna de Nelson Rodrigues) e a reunião de visões parciais de setores de elite representam resultados importantes, a serem considerados por qualquer pesquisador do período, desde que abordados com espírito crítico. Esse espírito é muito necessário para não se sucumbir ao canto de sereias desafinadas da ditadura, que Elio Gaspari registrou bem.

### Notas

- 1 BRAUDEL, Fernand – “História e Ciências Sociais: A Longa Duração”. Tradução de Ana Maria Camargo. *Revista de História*. São Paulo: XVI (62): 261/294, abr/jun 1965.
- LACOUTURE, Jean – “A História Imediata”, in: LE GOFF, Jacques (Org.) – *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp 215/240.
- Vale a pena consultar também um livro sobre o tema, inspirado em argumentos marxistas e existencialistas: VERHAEGEN, Benoit – *Introduction a l'Histoire Immédiate*. Paris: Duculot, sem data.
- 2 Sobre Memória e História, ver: BENJAMIN, Walter – “Sobre o Conceito de História”, in: *Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp 222/232.
- VESENTINI, Carlos Alberto – *A Teia do Fato*. São Paulo: HUCITEC, 1992.
- 3 VEYNE, Paul – *Como se Escreve a História*. Tradução de Antonio José Moreira. Lisboa: Edições 70, 1987.
- GARCIA MÁRQUEZ, Gabriel – *Cem Anos de Solidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1971.